

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

2

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

COORDENADORES

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Luiz Henrique Volpe Camargo

3ª Edição | Revista, ampliada e atualizada

2019

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

H774

Honorários Advocáticos / coordenadores, Freddie Didier Jr. [et al.]. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Juspodivm, 2019.

1488 p. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 3; coordenador geral, Freddie Didier Jr.)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2349-9

1. Honorários Advocáticos. 2. Direito Processual Civil. I. Didier Jr., Freddie. II. Coêlho, Marcus Vinicius Furtado. III. Camargo, Luiz Henrique Volpe. IV. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

PARTE I

Princípios inerentes à fixação de honorários

CAPÍTULO 1 ► Honorários sucumbenciais e o princípio da causalidade no CPC/15.....	45
<i>Arlete Inês Aurelli</i>	
INTRODUÇÃO.....	45
1. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE E HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	48
CONCLUSÃO	52
BIBLIOGRAFIA.....	52
CAPÍTULO 2 ► Dos princípios e os honorários advocatícios no novo CPC..	55
<i>Luís Antônio Giampaulo Sarro</i>	
I. DA INTRODUÇÃO	55
II. DOS PRINCÍPIOS DO NOVO CPC	57
III. DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NO NOVO CPC.....	59
IV. DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE NA DOUTRINA	61
V. DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA.....	64
VI. DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE NO NOVO CPC.....	70
VI.1. DA EMENDA 74/2011 DO DEPUTADO PAES LANDIM.....	71
VII. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM CASO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM EXECUÇÃO SUSPENSÃO POR INEXISTÊNCIA DE BENS.....	72
VIII. DA CONCLUSÃO.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	78
CAPÍTULO 3 ► Honorários advocatícios sucumbenciais no Novo CPC: apreciações gerais e princípios essenciais aplicáveis	81
<i>Rogério Licastro Torres de Mello</i>	
Capítulo 4 ► O novo CPC e os princípios inerentes à fixação de honorários advocatícios.....	87
<i>Thiago Rodovalho</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

PARTE II**Disposições Gerais****CAPÍTULO 5 ► Os honorários de sucumbência no novo CPC..... 99***Alexandre Freire e Leonardo Albuquerque Marques*

1. INTRODUÇÃO	99
2. O REGRAMENTO GERAL DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	99
3. A FAZENDA PÚBLICA E OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	103
4. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL.....	104
5. A COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS NA SUCUMBÊNCIA DE RECÍPROCA.....	105
6. O TRATAMENTO DO TEMA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	106
7. CONCLUSÕES	107
8. BIBLIOGRAFIA.....	108

CAPÍTULO 6 ► Os honorários advocatícios no Novo Código de Processo Civil e a valorização do advogado enquanto profissional indispensável à administração da justiça (art. 133, CF)..... 109*Benedito Cerezzo Pereira Filho*

1. BREVE SÍNTESE DO NOVO CÓDIGO	109
1.1. DEBATES PÓS-SANÇÃO!	116
2. O JUIZ DO CÓDIGO DE 1973	116
3. O JUIZ DO (DIREITO) ESTADO CONSTITUCIONAL.....	118
4. UM NOVO CÓDIGO. UM NOVO PARADIGMA. UM NOVO JUIZ.	119
4.1. O PODER DO JUIZ	119
5. A VALORIZAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FORTALECE A ADVOCACIA E GARANTE JUSTIÇA COM QUALIDADE AO POVO.....	121
6. SÍNTESE CONCLUSIVA	129
REFERÊNCIAS	130

Capítulo 7 ► Negócios processuais relativos a honorários advocatícios. 133*Bruno Garcia Redondo e Julio Guilherme Müller*

1. NOVO CPC E A CLÁUSULA GERAL DE ATIPICIDADE NEGÓCIO PROCESSUAL.....	133
2. OBJETO E LIMITES DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS.....	137
3. VALIDADE DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS: RELAÇÃO ENTRE OS REGIMES DO CPC E DO CC	141
4. EFICÁCIA DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS.....	143
5. CONVENÇÕES DAS PARTES SOBRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	144
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	148

CAPÍTULO 8 ► Honorários advocatícios: Resistências à aplicação do art. 85 do CPC de 2015..... 151*Cassio Scarpinella Bueno*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	151
2. A DISCIPLINA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CPC DE 2015	151

3. RESISTÊNCIAS E REFLEXÕES	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164

Capítulo 9 ► Honorários no novo CPC..... 167

Carlos Mário Velloso Filho

1. INTRODUÇÃO	167
2. HONORÁRIOS EM RECONVENÇÃO E EM OUTROS CASOS ESPECÍFICOS	167
3. BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS	169
4. CONDENAÇÃO DA FAZENDA EM HONORÁRIOS	169
5. DIREITO DO ADVOGADO	171
6. NATUREZA ALIMENTAR.....	172
7. SENTENÇA OMISSA E AÇÃO AUTÔNOMA.....	172
8. CONCLUSÃO	172

CAPÍTULO 10 ► Juízo de equidade na fixação de honorários de sucumbência: seria compatível em demandas com alto valor envolvido? 175

Eduardo Rezende Campos

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E APRESENTAÇÃO DO TEMA	175
2. O ESPÍRITO DA NOVA LEI PROCESSUAL ACERCA DA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS	176
3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE EQUIDADE	178
4. A DICÇÃO LEGAL DO ART. 85, § 8º, CPC/15	180
5. O DRIBLE JURISPRUDENCIAL À PREVISÃO DO ART. 85, §8º, CPC/15 - ALGUMAS EXPERIÊNCIAS IMPOSTAS PELA REALIDADE FORENSE AO ADVOGADO	182
6. POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA (OU CONTRA LEGEM) DO ART. 85, §8º, CPC/15	191
7. REFLEXÕES SOBRE O TEMA ABORDADO	194
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
9. REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	196

CAPÍTULO 11 ► Breves anotações sobre o regime dos honorários de sucumbência, nas demandas entre particulares, no Novo Código de Processo Civil..... 197

Elias Marques de Medeiros Neto

Capítulo 12 ► Estabilização da tutela provisória satisfativa e honorários advocatícios sucumbenciais..... 209

Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira

1. GENERALIDADES SOBRE A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA SATISFATIVA.....	209
2. A ESTABILIZAÇÃO COMO TÉCNICA DE MONITORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO COMUM. O MICROSSISTEMA DE TUTELA DE DIREITOS PELA TÉCNICA MONITÓRIA. O PROBLEMA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	215

CAPÍTULO 13 ► O advogado e os honorários sucumbenciais no novo CPC. 217*Heitor Vitor Mendonça Sica*

1. INTRODUÇÃO	217
2. POSITIVAÇÃO, PELO CPC/15, DE ENTENDIMENTOS JÁ CONSAGRADOS NOS TRIBUNAIS À LUZ DO CPC/73.....	218
3. DIVERSAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO CPC/15 EM RELAÇÃO AO CPC/73 E AOS ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS SOB SUA VIGÊNCIA CRISTALIZADOS.....	219
4. POLÊMICAS EXISTENTES À LUZ DO CPC/73 E QUE SUBSISTIRÃO À LUZ DO CPC/15	222

CAPÍTULO 14 ► Honorários advocatícios na desistência da ação e na renúncia de direito 225*Jorge Tadeo Goffi Flaquer Scartezzi*

1. O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	225
2. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CPC/73 (LEI 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973)	226
3. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO “NOVO” CPC.....	228
4. OS HONORÁRIOS COMO DIREITO DO ADVOGADO.....	231
5. DOS HONORÁRIOS NA DESISTÊNCIA E NA RENÚNCIA DA AÇÃO NO CPC DE 1973.....	232
6. DOS HONORÁRIOS NA DESISTÊNCIA E NA RENÚNCIA DA AÇÃO NO NOVO CPC.....	233
7. CONCLUSÕES	234
8. BIBLIOGRAFIA.....	235

Capítulo 15 ► NCPC – Reflexões – honorários advocatícios e recurso especial..... 237*José Saraiva*

1. ASPECTOS POUCO TRATADOS QUANTO À FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS	238
2. O RECURSO ESPECIAL NO NCPC.....	240
3. CONCLUSÃO.....	247

CAPÍTULO 16 ► Direito intertemporal e honorários advocatícios sucumbenciais no novo CPC 249*Lucas Rister de Sousa Lima*

1. INTRODUÇÃO	249
2. DIREITO INTERTEMPORAL E PROCESSO CIVIL – BREVE INTRÓITO.....	250
3. DIREITO INTERTEMPORAL NO NOVO CPC	256
4. DIREITO INTERTEMPORAL E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS – ARTIGO POR ARTIGO .	259
4.1. ART. 85, § 1º, DO CPC - HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA E FIXAÇÃO	259
4.2. ART. 85, §§ 2º E 6º - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DE ACORDO COM O PROVEITO ECONÔMICO DA AÇÃO	261
4.3. ART. 85, §§ 3º, 4º, 5º E 7º - PROCESSOS EM QUE FOR PARTE A FAZENDA PÚBLICA	262
4.4. ART. 85, § 8º - VALOR DA CAUSA BAIXO OU INESTIMÁVEL.....	266
4.5. ART. 85, § 9º- INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO.....	266
4.6. ART. 85, § 10º - PERDA DE OBJETO	266
4.7. ART. 85, §§ 11 E 12 - SUCUMBÊNCIA RECURSAL.....	267

SUMÁRIO

4.8. ART. 85, § 13 - EXECUÇÃO CONJUNTA	269
4.9. ART. 85, § 14 - VEDAÇÃO À COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS E RECONHECIMENTO DA SUA NATUREZA ALIMENTAR	270
4.10. ART. 85, § 15 - SOCIEDADE DE ADVOGADOS	271
4.11. ART. 85, § 16 - JUROS DE MORA	272
4.12. ART. 85, §§ 17 E 18 - HONORÁRIOS EM CAUSA PRÓPRIA E DECISÃO QUE NÃO FIXA A VERBA	272
4.13. ART. 85, § 19 - ADVOGADOS PÚBLICOS	273
4.14. ART. 86 - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA	273
4.15. ART. 87 - VÁRIOS AUTORES OU RÉUS	273
4.16. ART. 90 - DESISTÊNCIA, RENÚNCIA OU RECONHECIMENTO DO PEDIDO	275
BIBLIOGRAFIA	276

CAPÍTULO 17 ► Honorários advocatícios nas ações de indenização por ato ilícito

279

Luiz Antonio Ferrari Neto

1. INTRODUÇÃO	279
2. AÇÃO INDENIZATÓRIA COM PEDIDO CONDENATÓRIO CERTO E DETERMINADO	281
3. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA HIPÓTESE DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS	282
4. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS NAS HIPÓTESES DE NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DOS DANOS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO	287
5. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS NAS HIPÓTESES DE PRESTAÇÕES PERIÓDICAS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO CONTRA A PESSOA	288
6. TERMO FINAL DA FIXAÇÃO DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS E TERMO INICIAL DA FIXAÇÃO DAS PRESTAÇÕES VINCENDAS	291
7. HONORÁRIOS DECORRENTES DE ATO ILÍCITO PERPETRADO PELA FAZENDA PÚBLICA	292
8. CONCLUSÃO	292
9. REFERÊNCIAS	293

Capítulo 18 ► Honorários advocatícios no reconhecimento do pedido e na confissão

295

Oton José Nasser de Mello

CONCLUSÃO	299
-----------------	-----

CAPÍTULO 19 ► Honorários advocatícios no novo Código de Processo Civil e o Superior Tribunal de Justiça

301

Paulo Henrique dos Santos Lucon

1. INTRODUÇÃO	301
2. DECISÕES OMISSAS E A SÚMULA 453 DO STJ	302
3. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS E A SÚMULA 306 DO STJ	305
4. HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E AS SÚMULAS 517 E 519 DO STJ	306
5. REVISÃO DE HONORÁRIOS, SÚMULA 7 E HONORÁRIOS IRRISÓRIOS	309
6. ENCERRAMENTO: A NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS	315

CAPÍTULO 20 ► Honorários da sucumbência e honorários contratuais: a compatibilização necessária 317

Paulo Roberto de Gouvêa Medina

1. HONORÁRIOS DE ADVOGADO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	317
2. REGRA DA MODERAÇÃO	319
3. HONORÁRIOS CONTRATUAIS: O PACTO DE QUOTA LITIS.....	320
4. HONORÁRIOS DA SUCUMBÊNCIA: FUNDAMENTO E TITULARIDADE	322
5. O PONTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AS DUAS FONTES DE REMUNERAÇÃO.....	324
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A JUDICIALIZAÇÃO DO TEMA; PRINCÍPIO DA BOA-FÉ CONTRATUAL; LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL.	327

Capítulo 21 ► Honorários contratuais vs. Honorários sucumbenciais: o que muda no NCPC? 331

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Daniella de Albuquerque Magnani

1. INTRODUÇÃO	331
2. CARÁTER REMUNERATÓRIO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: UMA OPÇÃO DECLARADA DO NCPC.....	332
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA X HONORÁRIOS CONVENCIONAIS	340
4. NATUREZA DOS HONORÁRIOS NO CÓDIGO CIVIL.....	341
5. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DOS HONORÁRIOS CONVENCIONAIS PELO VENCEDOR.....	344
6. CONCLUSÃO	346
7. REFERÊNCIAS	347

CAPÍTULO 22 ► A fixação de honorários advocatícios de sucumbência em sentenças declaratórias 349

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva e Marcello Trindade Paulo

1. INTRODUÇÃO	349
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	350
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA: SISTEMÁTICA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	355
4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA APÓS A EDIÇÃO DA LEI Nº 11.232/05.....	356
5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA ANTES DA EDIÇÃO DA LEI Nº 11.232/05.....	358
6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SENTENÇA DECLARATÓRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	362
7. CONCLUSÕES	363
REFERÊNCIAS	364

Capítulo 23 ► Desistência dos pedidos e a renúncia do direito na fixação dos honorários de sucumbência 367

Rodrigo Lucas da Gama Alves e Claudio Couto Soledade

1. APRESENTAÇÃO.....	367
----------------------	-----

SUMÁRIO

2. DA DESISTÊNCIA DOS PEDIDOS E A RENÚNCIA AO DIREITO	369
2.1. DA DESISTÊNCIA DOS PEDIDOS	370
2.2. DA RENÚNCIA AO DIREITO	371
3. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	372
3.1. A TEORIA DO RESSARCIMENTO	373
3.2. A TEORIA DA PENA	374
3.3. A TEORIA DA SUCUMBÊNCIA	375
3.4. A TEORIA DA CAUSALIDADE	375
4. SITUAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CÓDIGO DE PROCESSO DE 2015	376
4.1. DESISTÊNCIA DOS PEDIDOS	377
4.2. RENÚNCIA AO DIREITO	379
5. CONCLUSÃO	380
6. BIBLIOGRAFIA	380

Capítulo 24 ► Honorários de advogado judiciais: alguns problemas da fixação sem fundamentação (omissão de motivação decisória) na perspectiva no CPC/15 383
Rodrigo Mazzei

1. A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS JUDICIAIS: LIMITE QUANTITATIVO E ENCHIMENTO QUALIFICATIVO	383
2. A MOTIVAÇÃO DECISÓRIA NO CONCEITO CONSTITUCIONAL (ARTIGO 93, IX E X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)	387
3. BREVE ANÁLISE NO FENÔMENO DA “OMISSÃO DECISÓRIA” APLICADA AOS HONORÁRIOS	392
3.1. OMISSÃO ONTOLÓGICA X HONORÁRIOS DE ADVOGADO	394
3.2. OMISSÃO RELACIONAL X HONORÁRIOS DE ADVOGADO	397
4. OUTROS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA OMISSÃO DE FUNDAMENTAÇÃO (MOTIVAÇÃO) DECISÓRIA EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO JUDICIAIS	399
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	403

Capítulo 25 ► Notas iniciais sobre a disciplina dos honorários advocatícios no novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)..... 407
Tiago Figueiredo Gonçalves

1. INTRODUÇÃO	407
2. O DIREITO DO ADVOGADO AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	407
3. A IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS QUANDO HAVIDA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA	410
4. A NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	411
5. OMISSÃO DA DECISÃO NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS	412
6. DECISÕES ATRAVÉS DAS QUAIS SE DÁ A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS E HONORÁRIOS EX LEGE	415
7. HONORÁRIOS FIXADOS EM GRAU RECURSAL	415
8. CONCLUSÃO	416
9. REFERÊNCIAS	416

PARTE III**Honorários nas causas em que a Fazenda Pública é parte**

Capítulo 26 ► Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública e o novo CPC.....	421
<i>Anselmo Prieto Alvarez</i>	
1. INTRODUÇÃO	421
2. A JUSTIFICATIVA DA EXISTÊNCIA DE PRERROGATIVAS CONCEDIDAS À FAZENDA PÚBLICA NO NOVO CPC	422
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	425
3.1. CABIMENTO.....	425
3.2. PARÂMETROS PARA A ETAPA DE CONHECIMENTO	425
3.3. EXECUÇÃO	429
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	431
Capítulo 27 ► Honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte: sistemática do novo Código de Processo Civil	433
<i>Fábio Jun Capucho</i>	
1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E VALORIZAÇÃO DO ADVOGADO	433
2. TITULARIDADE E AUTONOMIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS	437
3. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM CASO DE DERROTA DA FAZENDA PÚBLICA	440
4. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM CASO DE VITÓRIA DA FAZENDA PÚBLICA ..	447
5. CONSEQUÊNCIAS DA AUTONOMIA DO DIREITO DOS ADVOGADOS PÚBLICOS AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS	451
6. CONCLUSÃO	462
CAPÍTULO 28 ► Honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública é parte	463
<i>Marcello Terto e Silva</i>	
1. INTRODUÇÃO	463
2. ESPÉCIES E CARACTERÍSTICAS DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	464
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: NATUREZA E TITULARIDADE.....	465
4. A FAZENDA PÚBLICA VENCEDORA OU VENCIDA, EM JUÍZO	469
5. A QUESTÃO DO § 19	476
6. A CONTABILIZAÇÃO E AS REGRAS DE FUNDO COLETIVO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS.....	492
7. NOTA SOBRE AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS	495
8. BREVE ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ	496
9. CONCLUSÃO	500
BIBLIOGRAFIA.....	500
Capítulo 29 ► Os Honorários dos Advogados Públicos	503
<i>Ophir Cavalcante Junior e Eduardo Falcete</i>	

**Capítulo 30 ► Honorários de sucumbência e o novo processo civil:
Fazenda Pública e o advogado público 521**
Paulo Gustavo Medeiros de Carvalho e Rodrigo Pereira Martins Ribeiro

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA E O NOVO PROCESSO CIVIL	521
2. HONORÁRIOS E FAZENDA PÚBLICA: ASPECTOS HISTÓRICOS E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 ...	524
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, FAZENDA PÚBLICA E O PROCESSO LEGISLATIVO DO NOVO CPC ..	526
4. CAUSAS EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOR PARTE	532
4.1. CRITÉRIO PARA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS.....	533
4.2. SUCUMBÊNCIA RECURSAL	536
4.3. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS NA SUCUMBÊNCIA DE RECÍPROCA	537
4.4. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO	538
5. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E O ADVOGADO PÚBLICO	539
6. REFERÊNCIAS	540

PARTE IV

Honorários advocatícios em decisões parciais

**Capítulo 31 ► Decisão interlocutória de mérito e honorários
advocatícios 545**
Lúcio Flávio Siqueira de Paiva

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA	545
2. O REGIME JURÍDICO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO NOVO CPC: A POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO PARCIAL DO MÉRITO.....	547
3. O JULGAMENTO PARCIAL, COM OU SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (SENTENÇA INTERLOCUTÓRIA), E A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	552
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	554
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	555

**Capítulo 32 ► Honorários advocatícios em decisões parciais de mérito
e em decisões parciais sem mérito 557**
Luiz Henrique Volpe Camargo

1. OBJETIVO DO ENSAIO	557
2. O CONCEITO DE ALGUNS ATOS DO JUIZ	561
2.1. CONCEITO DE SENTENÇA	561
2.2. CONCEITO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.....	563
3. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO E EM DECISÕES PARCIAIS SEM MÉRITO	564
4. CONCLUSÃO	572

**Capítulo 33 ► Honorários advocatícios parciais: muito além da
interpretação literal do art. 85 do Novo CPC..... 573**
Tiago Asfor Rocha Lima e Marcus Claudius Saboia Rattacaso

1. INTRODUÇÃO	573
2. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	575
2.1. MULTIPLICIDADE DE DECISÕES DE MÉRITO AO LONGO DO PROCESSO. QUEBRA DE PARADIGMA COM A LEI N. 11.232/2005	575
2.2. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO: DIREITO AUTÔNOMO DOS ADVOGADOS.....	578
2.3. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM SEDE DE TUTELA PROVISÓRIA (INCIDENTAL OU ANTECEDENTE)?	580
3. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DE MÉRITO E FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS	584
4. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO E HONORÁRIOS PARCIAIS	587
5. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS PARCIAIS	588
6. CONCLUSÃO	590
7. REFERÊNCIAS	592

PARTE V

Sucumbência parcial e sucumbência recíproca

CAPÍTULO 34 ► Sucumbência parcial e fixação de honorários: uma releitura à luz do Código de Processo Civil de 2015..... 597

Felipe Augusto de Toledo Moreira e Rafael de Arruda Alvim Pinto

1. INTRODUÇÃO: BREVE HISTÓRICO E DELIMITAÇÃO DO(S) PROBLEMA(S)	597
2. CPC/2015: A TITULARIDADE DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E O TRATAMENTO DADO À SUCUMBÊNCIA PARCIAL.....	604
3. A EXPRESSA VEDAÇÃO À COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE À PARTE VENCEDORA PELOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS PAGOS	607
4. CONCLUSÕES COMPARATIVAS: A ELIMINAÇÃO DE DISSENSOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE O TEMA.....	610
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	611

Capítulo 35 ► Sucumbência parcial e recíproca no CPC/15 e a impossibilidade de compensação da verba honorária 613

Gabriela Arenhart

1. INTRODUÇÃO	613
2. SUCUMBÊNCIA PARCIAL E RECÍPROCA	613
3. RELAÇÃO ENTRE SUCUMBÊNCIA PARCIAL E RECÍPROCA.....	615
4. CRÍTICA À COMPENSAÇÃO NO CPC/73	616
5. INSTITUTOS NO CPC/15	618
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	620
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	621

Capítulo 36 ► Sucumbência parcial: o fim da anômala compensação entre credores distintos 623

Luciano Vianna Araújo

1. INTRODUÇÃO	623
---------------------	-----

2. O REGIME LEGAL DA SUCUMBÊNCIA PARCIAL NO CPC/1973	624
3. O ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS	625
4. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO CPC/1973	626
5. A ANTINOMIA ENTRE REGRAS (CPC/1973 E A LEI N. 8.906/1994)	631
6. COMPENSAÇÃO ENTRE CREDORES/DEVEDORES DIVERSOS?	632
7. O PROCESSO LEGISLATIVO DO CPC/15	633
8. CONCLUSÃO	635

PARTE VI

Justiça gratuita e honorários advocatícios

Capítulo 37 ► Gratuidade de justiça x honorários advocatícios: premissas equivocadas do art. 99, §5º, do Novo CPC	639
<i>Bruno Garcia Redondo, Luciano Camargos e Lúcio Delfino</i>	

1. INTRODUÇÃO	639
2. APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA E ALGUMAS DISTINÇÕES NECESSÁRIAS.....	640
3. PANORAMA LEGISLATIVO E JURISPRUDENCIAL CONTEMPORÂNEO	644
4. TRATAMENTO PELO NOVO CPC	648
5. O CONFLITO ENTRE O NOVO CPC E A LEI 8.906/1994	650
6. CONCLUSÃO	654

CAPÍTULO 38 ► O Benefício da Justiça Gratuita e os Honorários Advocatícios	655
<i>José Pércles de Oliveira e Nelson Finotti Silva</i>	

1. INTRODUÇÃO	655
2. JUSTIÇA GRATUITA	656
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	662
4. HONORÁRIOS CONTRATUAIS NA JUSTIÇA GRATUITA.....	670
5. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA JUSTIÇA GRATUITA	671
6. CONCLUSÃO	673

CAPÍTULO 39 ► Honorários advocatícios e assistência judiciária	675
<i>Luiz Carlos Levenzon</i>	

1. SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA. PROCESSO CIVILIZATÓRIO. DIVERGÊNCIAS. REGRAS.....	675
2. CONTROVÉRSIAS. SOLUÇÕES JUDICIAIS. DIREITOS FUNDAMENTAIS E OBRIGAÇÕES DO ESTADO.	677
3. ESPECIALIZAÇÃO. REMUNERAÇÃO.....	678
4. HIPOSSUFICIÊNCIA. DESPESAS PROCESSUAIS. SISTEMA DE REMUNERAÇÃO.....	679
5. HONORÁRIOS - ORIGEM. FINALIDADE.....	679
6. ESPÉCIES DE HONORÁRIOS.....	680
7. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. ORIGEM. FINALIDADE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. ARBITRAMENTO JUDICIAL	681
8. GRATUIDADE DE JUSTIÇA.....	683

9. VINCULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS E RESULTADO.....	684
10. REMUNERAÇÃO PELO ÊXITO	686
11. JUSTIÇA GRATUITA E HONORÁRIOS CONTRATUAIS: COMPATIBILIDADE.....	686
12. CRESCIMENTO PATRIMONIAL DO BENEFICIÁRIO. DIMINUIÇÃO PATRIMONIAL DO REPRESENTANTE ..	689
13. CONCLUSÃO	689

Capítulo 40 ► O benefício da justiça gratuita e os honorários advocatícios 691

Rafael Alexandria de Oliveira

1. INTRODUÇÃO	691
2. O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA: GENERALIDADES	691
2.1. NOÇÃO	691
2.2. TERMINOLOGIA.....	692
2.3. RESPONSABILIDADES PROVISÓRIA E DEFINITIVA PELO CUSTEIO DO PROCESSO: O ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO BENEFÍCIO	693
2.4. QUEM PODE SER BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE	693
2.5. PRESSUPOSTO PARA A CONCESSÃO: INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS	695
2.6. MODULAÇÃO DO BENEFÍCIO	696
2.7. RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO VENCIDO: EXIGIBILIDADE E INTERPRETAÇÃO DO ART. 98, §3º, DO CPC.....	697
2.8. ABRANGÊNCIA DO BENEFÍCIO: ROL EXEMPLIFICATIVO	699
3. O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA E OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO: ALGUMAS REFLEXÕES.....	699
3.1. O BENEFÍCIO ABRANGE OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO? INTERPRETANDO O ART. 98, §1º, VI, DO CPC.....	699
3.2. O BENEFICIÁRIO E O DEVER DE PAGAR HONORÁRIOS CONTRATUAIS OU ARBITRADOS	702
3.3. O BENEFICIÁRIO VENCIDO E O DEVER DE PAGAR HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	703
3.4. O BENEFICIÁRIO VENCIDO E A SUCUMBÊNCIA RECURSAL.....	703
3.5. RECURSO PARA DISCUTIR EXCLUSIVAMENTE HONORÁRIOS E A PESSOALIDADE DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE.....	705
3.6. O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE E A AÇÃO AUTÔNOMA PARA COBRANÇA DE HONORÁRIOS....	706
4. CONCLUSÃO.....	707

PARTE VII

Sucumbência recursal e recurso para a majoração de honorários

Capítulo 41 ► Honorários de sucumbência recursal 711

Alexandre Freitas Câmara

Capítulo 42 ► Os honorários recursais no Novo Código de Processo Civil 719

Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes

1. UMA RELEVANTE NOVIDADE DO NOVO CPC.....	719
2. SOMENTE DEVEM SER ARBITRADOS HONORÁRIOS NOS RECURSOS QUE TENHAM ORIGEM NA DECISÃO FINAL DA CAUSA	721
3. EM TODOS OS RECURSOS?	722

4. LITISCONSÓRCIO	724
5. DESISTÊNCIA DO RECURSO	724
6. O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS	725
7. BIBLIOGRAFIA	726

Capítulo 43 ► Verba honorária 727

Cassiano Garcia Rodrigues

1. RESENHA	727
2. HONORÁRIOS COMO TUTELA DIFERENCIADA	728
3. OBSTÁCULOS PARA 'O MOLHO MAIS CARO QUE O PEIXE' PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL	728
4. MECANISMO PROCESSUAL PARA ENCARECER O 'MOLHO' DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL	731
5. CONCLUSÃO	737

CAPÍTULO 44 ► Honorários Advocatícios e Sucumbência Recursal 739

César Cipriano De Fazio

1. INTRODUÇÃO	739
2. SUCUMBÊNCIA RECURSAL	740
2.1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DA SUCUMBÊNCIA E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DELA DECORRENTES	740
2.2. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL NO CPC/73 E NO CPC/15	740
3. CRITÉRIOS PARA A IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	742
3.1. SUCUMBÊNCIA	742
3.2. CAUSALIDADE	742
3.3. INTERESSE	743
4. PRESSUPOSTOS GERAIS PARA A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL	744
4.1. A VERIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE: A SUCUMBÊNCIA RECURSAL, A CAUSALIDADE E O INTERESSE	744
4.2. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PELA DECISÃO RECORRIDA	744
4.3. ACRÉSCIMO DE TRABALHO	745
5. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL EM CADA UM DOS RECURSOS PREVISTOS PELO CPC/15	745
5.1. APELAÇÃO E RECURSO ORDINÁRIO	745
5.2. AGRAVO DE INSTRUMENTO	745
5.3. AGRAVO INTERNO E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO	746
5.4. RECURSO ESPECIAL, RECURSO EXTRAORDINÁRIO E EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	746
5.5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	746
6. OS RECURSOS INTERPOSTOS POR TERCEIRO INTERESSADO OU PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	747
7. A REVOGAÇÃO DO MANDATO, O SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES E SEUS EFEITOS SOBRE OS HONORÁRIOS FIXADOS EM RAZÃO DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL	747
8. A RENÚNCIA, A AQUIESCÊNCIA E A DESISTÊNCIA DO RECURSO	748
9. A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA EM SEDE RECURSAL	748
10. ANULAÇÃO DA SENTENÇA OU DO ACÓRDÃO RECORRIDO	748
11. DIREITO INTERTEMPORAL	749

12. CONCLUSÕES	749
BIBLIOGRAFIA.....	750

Capítulo 45 ► Honorários no recurso de apelação e questões correlatas..... 753

Dierle Nunes, Víctor Barbosa Dutra e Délio Mota de Oliveira Júnior

1. INTRODUÇÃO	753
2. APELAÇÃO CÍVEL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: AS PRINCIPAIS NOVIDADES DE UM INSTITUTO CLÁSSICO	756
2.1. JUÍZO DE INTERPOSIÇÃO E DE ADMISSIBILIDADE	756
2.2. EFEITO SUSPENSIVO	757
2.3. AMPLIAÇÃO DO EFEITO DEVOLUTIVO: POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PRECLUSAS.	758
2.4. TÉCNICA DE JULGAMENTO COLEGIADO - SUCEDÂNEO DOS “EMBARGOS INFRINGENTES”	759
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - O NOVO TRATAMENTO.	761
3.1. A NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS.....	762
3.2. A POSSIBILIDADE DE HONORÁRIOS RECURSAIS. MUDANÇAS NA NATUREZA JURÍDICA?	763
3.2.1. DIREITO INTERTEMPORAL E OS HONORÁRIOS RECURSAIS	766
3.3. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. SÚMULA 306 DO STJ.	767
3.4. OMISSÃO DE HONORÁRIOS NA SENTENÇA.....	768
3.5. FAZENDA PÚBLICA E HONORÁRIOS.....	769
3.6. OS HONORÁRIOS NA ILEGITIMIDADE PASSIVA (ART. 338)	770
4. CONVERGÊNCIA ENTRE APELAÇÃO E OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	773
4.1. SUCUMBÊNCIA HONORÁRIA: CAPÍTULO DA SENTENÇA	773
4.2. APELAÇÃO PARA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS: LEGITIMIDADE CONCORRENTE DA PARTE, DO PROCURADOR E DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	775
4.3. APELAÇÃO ADESIVA	776
4.4. NECESSIDADE DE PREPARO DO RECURSO QUE DISCUTE EXCLUSIVAMENTE ACERCA DA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS FIXADOS EM FAVOR DO ADVOGADO DE PARTE BENEFICIADA PELA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA.....	777
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	778
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	778

CAPÍTULO 46 ► Novas perspectivas acerca da majoração dos honorários sucumbenciais no recurso de apelação..... 781

Eduardo Cambi e Gustavo Pompílio

1. INTRODUÇÃO	781
2. A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NO RECURSO DE APELAÇÃO COM BASE NA SISTEMÁTICA DO NCPC	782
3. O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E O ABUSO DO DIREITO DE RECORRER	786
4. A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS COMO UM INSTRUMENTO DE DESESTÍMULO AO ABUSO DO DIREITO DE RECORRER E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO	788
5. OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS A RESPEITO DO TEMA.....	790
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	793
REFERÊNCIAS	794

Capítulo 47 ► Honorários advocatícios e sucumbência recursal..... 797*Estefânia Viveiros*

1. INTRODUÇÃO	797
2. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE	798
3. A CRIAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS NO NOVO CPC.....	800
3.1. DA COMPETÊNCIA RECURSAL DO TRIBUNAL.....	802
3.2. DO RECURSO INTERPOSTO PELAS PARTES	804
3.3. DA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS EX OFFICIO PELO TRIBUNAL OU A REQUERIMENTO DA PARTE.....	805
3.4. DO PERCENTUAL MÁXIMO FIXADO EM LEI PARA MAJORAR OS HONORÁRIOS, NA FASE DO PROCESSO COGNITIVO E O TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS ADVOGADOS NOS TRIBUNAIS	806
4. CONCLUSÕES	807
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	808

CAPÍTULO 48 ► Honorários recursais: uma análise empírica 809*Evaristo Aragão Santos*

1. OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL E OS OBJETIVOS DESTA ANÁLISE....	809
2. DIREITO INTERTEMPORAL	811
3. PREMISSA PARA A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NO ÂMBITO RECURSAL: VERBA SUCUMBENCIAL PREVIAMENTE ESTABELECIDADA NA ORIGEM.....	812
4. O PROBLEMA DOS RECURSOS NO MESMO ÂMBITO RECURSAL: O CARÁTER INFRINGENTE DA IMPUGNAÇÃO.	814
4.1. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS EM AGRAVO INTERNO	815
4.2. HONORÁRIOS RECURSAIS NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	816
5. O TRABALHO DESEMPENHADO PELO ADVOGADO COMO CRITÉRIO PARA MAJORAR A VERBA HONORÁRIA RECURSAL	817
6. CONCLUSÃO: HONORÁRIOS RECURSAIS COMO SANÇÃO?.....	817

Capítulo 49 ► Os honorários advocatícios e o recurso de apelação: um enfoque especial nos honorários recursais..... 819*Flávio Cheim Jorge*

1. INTRODUÇÃO	819
2. NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	821
2.1. COMPREENSÃO DO TEMA.....	821
2.2. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E A NOVA NATUREZA JURÍDICA.....	822
3. A LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA DAS PARTES EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS E O ADVOGADO COMO SUBSTITUÍDO	825
4. A CONDENAÇÃO EX-OFFÍCIO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O RECURSO DE APELAÇÃO	828
5. A SUCUMBÊNCIA RECURSAL.....	831
5.1. FINALIDADE.....	831
5.2. DIREITO DO ADVOGADO À FIXAÇÃO DE NOVA VERBA	834
5.3. SUCUMBÊNCIA NA CAUSA OU NO RECURSO?.....	836
6. CONCLUSÃO	841
7. BIBLIOGRAFIA.....	842

Capítulo 50 ► Da apelação para majoração dos honorários advocatícios 845

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

1. INTRODUÇÃO 845
2. AVANÇOS SOBRE O TEMA TRAZIDOS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 847
3. LEGITIMIDADE DO ADVOGADO PARA, EM NOME PRÓPRIO E DE FORMA INDEPENDENTE, INTERPOR APELAÇÃO PARA DISCUTIR A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS, BEM COMO PARA EXECUTAR ESSE CAPÍTULO DA SENTENÇA 850
4. CONCLUSÃO: POSSIBILIDADE DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO ADVOGADO PARA MAJORAÇÃO DE SEUS HONORÁRIOS FIXADOS EM SENTENÇA 853

CAPÍTULO 51 ► Os honorários pela sucumbência recursal depois de 2 anos de vigência do CPC/2015..... 855

Luiz Henrique Volpe Camargo

1. INTRODUÇÃO 855
2. A FINALIDADE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL: REMUNERAR O ADVOGADO E DISSUADIR O VENCIDO DE PROMOVER O PROLONGAMENTO DA DURAÇÃO DO PROCESSO 856
3. A DERROTA COMO FATO GERADOR DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL – PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA..... 862
4. A CAUSALIDADE COMO FATO GERADOR DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL – PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE 863
5. A CONDIÇÃO PARA CABIMENTO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL..... 864
6. O ARBITRAMENTO EM JULGAMENTO MONOCRÁTICO OU COLEGIADO..... 868
7. O ARBITRAMENTO NO CASO DE INADMISSÃO OU IMPROVIMENTO DO RECURSO; PROVIMENTO TOTAL E DE PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO 872
 - 7.1. DO ARBITRAMENTO EM FAVOR DO ADVOGADO DO RECORRIDO 873
 - 7.2. DO ARBITRAMENTO EM FAVOR DO ADVOGADO DO RECORRENTE..... 873
 - 7.3. DO NÃO ARBITRAMENTO EM FAVOR DO ADVOGADO DO RECORRENTE – DA EXCEÇÃO À REGRA..... 881
 - 7.4. DO ARBITRAMENTO EM FAVOR DO ADVOGADO DO RECORRENTE E DO RECORRIDO 882
8. O “TRABALHO ADICIONAL REALIZADO EM GRAU RECURSAL” COMO CONDIÇÃO PARA A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL 883
9. OS CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL..... 890
 - 9.1. DO LIMITE MÁXIMO DE FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL 891
 - 9.2. DA BASE DE CÁLCULO DE INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL FIXADO..... 893
10. CUMULAÇÃO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL COM MULTA E OUTRAS SANÇÕES.... 894
11. INEXISTÊNCIA DE HONORÁRIOS RECURSAIS NA REMESSA NECESSÁRIA 894
12. SUCUMBÊNCIA RECURSAL E LITISCONSÓRCIO 895
13. A OMISSÃO NO ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS PELA SUCUMBÊNCIA RECURSAL 896
14. CONCLUSÃO 897

CAPÍTULO 52 ► Recurso de Apelação para Majoração de Honorários Advocatícios 899

Rodolpho Vannucci

1. A PRIMEIRA QUE MERECE DESTAQUE É A DISPOSTA NO § 14, DO ART. 85, VERBIS	900
2. O SEGUNDO PONTO É A DISPOSIÇÃO DO ART. 99, § 5º, DO NOVO CPC, QUE, AO TRATAR DA JUSTIÇA GRATUITA, ASSIM PRELECIONA.....	902
3. OUTRO PONTO INTERESSANTE SURGE A PARTIR DO § 15, DO ART. 85.....	904
4. POR FIM, MERECE ANÁLISE O ART. 90, § 1º, QUE TRATA DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS PARA O CASO DE DESISTÊNCIA, RENÚNCIA OU RECONHECIMENTO DO PEDIDO, QUANDO PARCIAIS. ASSIM DETERMINA	905

CAPÍTULO 53 ► Honorários recursais apenas no desprovemento dos recursos? A remuneração e o desestímulo como valores de igual relevância..... 909

Rogéria Dotti

1. A INOVAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 AO PREVER OS HONORÁRIOS RECURSAIS ..	909
2. A NATUREZA DE VERBA ALIMENTAR E AS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS	912
3. A AUSÊNCIA DO CARÁTER PUNITIVO E A REMUNERAÇÃO AO TRABALHO ADICIONAL DO ADVOGADO	914
4. O DESESTÍMULO À IMPUGNAÇÃO INFUNDADA E PROTETATÓRIA	916
5. ALGUNS JULGADOS DO STJ E A CORRENTE QUE ADMITE A MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS APENAS NO DESPROVIMENTO DO RECURSO	918
6. A CONSIDERAÇÃO DO TRABALHO ADICIONAL NO PROVIMENTO DO RECURSO	920
7. CONCLUSÕES	922

Capítulo 54 ► Recurso de apelação para majoração de honorários..... 925

Walter de Agra Junior

1. DA PROPRIEDADE DOS HONORÁRIOS E DA COMPENSAÇÃO.....	925
2. DA FIXAÇÃO TABELADA DOS HONORÁRIOS	929
3. DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO E LEGITIMIDADE	932
4. DAS CONCLUSÕES	940
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	941

CAPÍTULO 55 ► Sucumbência recursal nos embargos de declaração..... 943

Zulmar Duarte

1. INTRODUÇÃO	943
2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COMO RECURSO.....	944
3. HONORÁRIOS RECURSAIS COMO REMUNERAÇÃO, NÃO SANÇÃO.....	946
4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E HONORÁRIOS RECURSAIS	950
5. CONCLUSÃO.....	955
6. BIBLIOGRAFIA.....	956

PARTE VIII**Natureza alimentar dos honorários****CAPÍTULO 56 ► O caráter alimentar e autônomo dos honorários advocatícios à luz do novo CPC e suas consequências 959***Alexandre Ávalo Santana e Luís Cláudio Alves Pereira*

1. INTRODUÇÃO	959
2. HONORÁRIOS COMO DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO	960
3. CARÁTER ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À LUZ DO NOVO CPC	962
3.1. EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL E NORMATIVA SOBRE A NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS.....	962
4. A VEDAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS NO NOVO CPC: SUPERAÇÃO DA SÚMULA 306 DO STJ.....	966
5. CONCLUSÃO.....	968
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	969

CAPÍTULO 57 ► A natureza alimentar dos honorários advocatícios e suas consequências..... 971*Heitor Miranda Guimarães*

1. O ADVOGADO.....	971
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	972
3. A NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	976
4. PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	979
REFERÊNCIAS	988

CAPÍTULO 58 ► Honorários advocatícios - natureza jurídica - implicações processuais no concurso de créditos..... 989*Marcus Vinícius de Abreu Sampaio*

1. INTRODUÇÃO	989
2. ENQUADRAMENTO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TEMA. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA E PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE	991
3. A NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	994
4. CONSEQUÊNCIAS DERIVADAS DESSE ENQUADRAMENTO NORMATIVO.....	999
4.1. IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO DO DIREITO SUBSTANCIAL.....	999
4.2. IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL.....	1003
5. O CONCURSO DE CREDORES E O CONCURSO DE PREFERÊNCIAS - CRITÉRIOS DEFINIDORES.....	1004
6. CONCLUSÃO	1008

PARTE IX**Ação rescisória e honorários advocatícios****CAPÍTULO 59 ► Ação rescisória em matéria de honorários advocatícios... 1013***Gustavo Soares da Silveira Giordano*

REFERÊNCIAS	1028
-------------------	------

Capítulo 60 ► Ação rescisória em matéria de honorários advocatícios e o Novo Código de Processo Civil..... 1031*Isabel Godoy Seidl e Humberto Dalla Bernardina de Pinho*

1. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA COMO RENDA	1031
1.1. HISTÓRICO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	1032
1.1.1. TEORIA DO RESSARCIMENTO	1032
1.1.2. TEORIA DA PENA.....	1033
1.1.3. TEORIA DA SUCUMBÊNCIA.....	1034
1.1.4. TEORIA DA CAUSALIDADE	1035
2. HISTÓRICO DOS HONORÁRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	1036
3. PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO NOVO CPC EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	1037
4. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA COMO VERBA ALIMENTAR E SUAS PECULIARIDADES	1039
5. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – CAPÍTULO AUTÔNOMO DA SENTENÇA	1043
6. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RESCISÓRIAS	1044
6.1. OS PEDIDOS	1045
6.2. LEGITIMIDADE ATIVA	1046
6.3. LEGITIMIDADE PASSIVA E LITISCONSÓRCIO.....	1047
6.4. TUTELA ANTECIPADA E SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO RESCINDENDA	1050
6.5. EFEITOS DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	1051
6.6. OS EFEITOS DA RESCISÓRIA SOBRE OS HONORÁRIOS PAGOS POR PRECATÓRIO	1054
7. CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA PARA REVISÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS	1055
8. DESNECESSIDADE DE AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A DECISÃO OMISSA EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	1055
9. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM AÇÃO RESCISÓRIA.....	1056
10. BIBLIOGRAFIA.....	1057

Capítulo 61 ► Honorários de Advogado e Condenação Rescindida..... 1059*Luiz Guilherme Marinoni*

1. A CONSULTA.....	1059
2. A NATUREZA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O CARÁTER AUTÔNOMO, RETRIBUTIVO E ALIMENTAR.....	1060
3. A DECISÃO QUE FIXA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. A AUTONOMIA E A INDEPENDÊNCIA DA VERBA HONORÁRIA	1062
4. A IMPOSSIBILIDADE DE VER A DESCONSTITUIÇÃO DA VERBA HONORÁRIA E A CONDENAÇÃO À RESTITUIÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA LÓGICA DA DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO DE ORIGEM. A NULIDADE DE SEMELHANTE JULGADO. OS REMÉDIOS PARA TUTELA DO DIREITO DO ADVOGADO....	1064

5. A NECESSIDADE DE AÇÃO RESCISÓRIA PRÓPRIA, COM FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA, PARA RESCISÃO DA VERBA HONORÁRIA E RESPECTIVA CONDENAÇÃO À RESTITUIÇÃO	1066
6. A NECESSIDADE DE O ADVOGADO, OU SOCIEDADE DE ADVOGADOS, TITULAR DO DIREITO AOS HONORÁRIOS PARTICIPAR DA AÇÃO RESCISÓRIA COMO PARTE DEMANDADA	1067
7. AS RESPOSTAS	1068

CAPÍTULO 62 ► Ação Rescisória em matéria de honorários advocatícios à luz do novo CPC..... 1069

Marcela Kohlbach de Faria

1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CPC	1069
2. NATUREZA DA DECISÃO QUE CONDENA A PARTE AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1070
3. AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A PARTE DA DECISÃO QUE CONDENA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1073
3.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E JULGAMENTO PARCIAL DO MÉRITO	1073
3.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM GRAU RECURSAL.....	1074
3.3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM FASE DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1075
4. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO PRAZO DA AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1076
5. CONCLUSÃO	1079
6. BIBLIOGRAFIA.....	1080

Capítulo 63 ► O advogado como parte na ação rescisória que discute honorários sucumbenciais: reflexos do CPC de 2015..... 1081

Pedro Henrique Reschke

1. INTRODUÇÃO	1081
2. LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO RESCISÓRIA	1082
3. NATUREZA E TITULARIDADE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CPC DE 2015.	1083
4. AÇÃO RESCISÓRIA E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: O ADVOGADO COMO PARTE	1086
4.1. LEGITIMIDADE ATIVA.....	1087
4.2. LEGITIMIDADE PASSIVA	1089
4.3. A DECISÃO QUE SE OMITE QUANTO AOS HONORÁRIOS	1090
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1091
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1092

CAPÍTULO 64 ► Ações rescisórias que versem sobre honorários de sucumbência: considerações sobre admissibilidade e mérito 1093

Ricardo de Carvalho Aprigiano

I. INTRODUÇÃO	1093
II. A LEGITIMIDADE PASSIVA DO ADVOGADO EM AÇÕES RESCISÓRIAS.....	1095
III. A RESCISÃO DE UM JULGADO IMPORTA DEVOLUÇÃO AUTOMÁTICA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS?	1099
III.1. POSIÇÕES E FUNDAMENTOS PELA IRREPETIBILIDADE DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS ...	1099

III.2. POSIÇÕES E FUNDAMENTOS PELA POSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	1101
IV. PRIMEIRA CONCLUSÃO: A RESCISÃO DE UM JULGADO NÃO IMPORTA AUTOMÁTICA RESCISÃO E DEVOLUÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	1102
V. SEGUNDA CONCLUSÃO: A DEVOLUÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS SÓ PODE SER ADMITIDA EM CASO DE ATUAÇÃO DE MÁ-FÉ DO PROFISSIONAL.....	1103
BIBLIOGRAFIA.....	1106

PARTE X

Ação de arbitramento de honorários

CAPÍTULO 65 ► Impactos do CPC de 2015 sobre o procedimento da ação de arbitramento de honorários de advogado.....	1111
<i>Andre Vasconcelos Roque</i>	

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	1111
2. EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1112
3. JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DE MÉRITO.....	1117
4. ASPECTOS RELACIONADOS À PROVA PERICIAL DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS	1120
5. CONCLUSÃO.....	1122
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1123

CAPÍTULO 66 ► Decisão transitada em julgado omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor e os instrumentos para sua fixação: uma visão do art. 85, § 18, após dois anos de vigência do CPC/2015	1127
<i>Denis Donoso</i>	

1. INTRODUÇÃO	1127
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA: BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES.....	1129
3. SENTENÇA OMISSA QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: DO CPC/73 AO CPC/2015.....	1133
4. DECISÃO JUDICIAL OMISSA QUANTO AO DIREITO AOS HONORÁRIOS OU AO SEU VALOR À LUZ DA NOVA SISTEMÁTICA PROCESSUAL.....	1137
5. CABIMENTO DA AÇÃO PARA SUPRIR OMISSÕES DE DECISÕES TRANSITADAS EM JULGADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.....	1140
6. ALGUNS APONTAMENTOS PRÁTICOS SOBRE A AÇÃO AUTÔNOMA PARA DEFINIÇÃO E COBRANÇA DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA OMITIDOS	1141
7. CONCLUSÕES	1142
8. BIBLIOGRAFIA.....	1143

CAPÍTULO 67 ► O trânsito em julgado da decisão omissa em fixar honorários advocatícios: o que fazer?.....	1145
<i>Luiz Henrique Volpe Camargo</i>	

1. BREVE INTRODUÇÃO.....	1145
2. A POSIÇÃO DE PONTES DE MIRANDA.....	1146

3. OS JULGADOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA MESMA LINHA DEFENDIDA POR PONTES DE MIRANDA	1147
4. A POSIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA MESMA LINHA DEFENDIDA POR PONTES DE MIRANDA ADOTADA NO RECURSO ESPECIAL N.º 886178/RS, CUJO ACÓRDÃO ESTÁ SUBMETIDO AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC/1973 E DA RESOLUÇÃO DO STJ N.º 08/2008.....	1147
5. A POSIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA MESMA LINHA DEFENDIDA POR PONTES DE MIRANDA CONSOLIDADA NO ENUNCIADO N.º 453 DA SÚMULA DE SUA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE.....	1148
6. A ANÁLISE CRÍTICA DA POSIÇÃO DE PONTES DE MIRANDA E DAS SOLUÇÕES APRESENTADAS PARA O PROBLEMA	1150
6.1. DA EXIGÊNCIA DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA.....	1151
6.2. DA ADMISSÃO DE PROMOÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PARA O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS	1159
6.3. DA ADMISSÃO DE CORREÇÃO DA OMISSÃO A QUALQUER TEMPO, NO PRESSUPOSTO DE QUE SE TRATA INEXATIDÃO MATERIAL	1161
6.4. DO CABIMENTO DE AÇÃO PRÓPRIA PARA A FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.....	1162
7. DA IMPERATIVA SUPERAÇÃO DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ.....	1163
8. CONCLUSÃO.....	1165

CAPÍTULO 68 ► O trânsito em julgado da decisão omissa em relação aos honorários advocatícios: soluções possíveis, a adotada pelo CPC/2015 e as suas consequências..... 1167

Ravi Peixoto

1. INTRODUÇÃO	1167
2. TEORIA DOS CAPÍTULOS DE SENTENÇA.....	1168
2.1. ESPECIFICAMENTE OS PEDIDOS IMPLÍCITOS NA TEORIA DOS CAPÍTULOS DE SENTENÇA	1169
3. DECISÃO OMISSA E OS MEIOS PARA A SUA SANAÇÃO	1171
4. MEIOS DE SANAR A OMISSÃO DA DECISÃO DE HONORÁRIOS TRANSITADA EM JULGADO: UM PONTO DE VISTA A PARTIR DO CPC/1973	1172
5. A SOLUÇÃO PROPOSTA PELO CPC/2015.....	1177
6. ASPECTOS RELEVANTES DA AÇÃO PARA A COBRANÇA DOS HONORÁRIOS.....	1178
7. CONCLUSÃO.....	1181

CAPÍTULO 69 ► Honorários advocatícios e arbitragem..... 1183

Flávio Luiz Yarshell e Lucas Britto Mejias

1. OBJETO DO ESTUDO	1183
2. A DISCIPLINA DOS HONORÁRIOS “DE SUCUMBÊNCIA” NA ARBITRAGEM.....	1184
3. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA PARA A AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA ARBITRAL EM QUE HAJA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.....	1187
4. ARBITRAGEM PARA CONTROVÉRSIAS RELACIONADAS A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1190
5. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	1193
6. BIBLIOGRAFIA.....	1194

Capítulo 70 ► A ação de arbitramento de honorários advocatícios no Novo Código de Processo Civil..... 1195

Sandra Krieger Gonçalves

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1195
2. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO E FORMAS DE COBRANÇA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1198
3. A AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	1201
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1207
5. REFERÊNCIAS.....	1208

PARTE XI

Honorários nos procedimentos especiais

Capítulo 71 ► Honorários advocatícios nas ações constitucionais e os critérios para sua fixação no Novo Código de Processo Civil..... 1213

André Puccinelli Júnior e Allan Thiago Barbosa Arakaki

1. INTRODUÇÃO	1213
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	1214
2.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1214
2.2. MANDADO DE INJUNÇÃO.....	1219
2.3. HABEAS DATA.....	1220
2.4. AÇÃO POPULAR.....	1222
3. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CPC.....	1223
3.1. DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS QUANDO O SUCUMBENTE FOR PARTICULAR.....	1223
3.2. DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS QUANDO O SUCUMBENTE FOR O PODER PÚBLICO.....	1226
4. CONCLUSÃO	1228
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1229

Capítulo 72 ► Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no novo CPC 1231

Andréa Flores e Rejane Alves de Arruda

1. MODALIDADES DE AÇÃO PENAL.....	1231
2. CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE NAS AÇÕES PENAS PRIVADAS.....	1232
3. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES PENAS PRIVADAS.....	1234
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1240
5. REFERÊNCIAS.....	1241

Capítulo 73 ► Relevância da discussão da culpa no divórcio para fins sucumbenciais – Teoria da causalidade para a verba de sucumbência na ação de divórcio perante o atual e o novo CPC..... 1243

Cassiano Garcia Rodrigues

REFERÊNCIAS	1250
-------------------	------

Capítulo 74 ► Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no Novo CPC..... 1251

Fabio Trad e Lucas Lemos Navarro

Capítulo 75 ► Os honorários advocatícios na nova ação de dissolução parcial de sociedade 1261

Geraldo Fonseca de Barros Neto e Paulo Magalhães Nasser

1. INTRODUÇÃO	1261
2. MOTIVOS DA DISSOLUÇÃO PARCIAL	1262
2.1. MORTE DE SÓCIO PESSOA NATURAL E FALÊNCIA DE SÓCIO PESSOA JURÍDICA.....	1263
2.2. SAÍDA VOLUNTÁRIA DO SÓCIO: RETIRADA E RECESSO	1263
2.3. EXCLUSÃO DE SÓCIO.....	1264
2.4. PENHORA DE QUOTAS	1264
3. EFEITOS DA DISSOLUÇÃO	1265
4. A AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL E SEU PROCEDIMENTO ESPECIAL	1266
4.1. OBJETO	1266
4.2. LEGITIMIDADE	1266
4.3. RESPOSTAS DO RÉU	1268
4.4. SENTENÇA DA DISSOLUÇÃO E APURAÇÃO DE HAVERES.....	1269
4.5. FASE DE CUMPRIMENTO	1271
5. EM CONCLUSÃO, DESTAQUES SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE	1271

CAPÍTULO 76 ► Honorários de sucumbência em mandado de segurança: um velho problema sob uma nova perspectiva 1273

Rafael Knorr Lippmann

1. INTRODUÇÃO	1273
2. DAS SÚMULAS À LEI	1274
2.1. ORIGEM DAS SÚMULAS 512/STF E 105/STJ	1274
2.2. CRÍTICAS AO ENTENDIMENTO SUMULAR	1276
2.3. ADVENTO DA LEI 12.016/2009	1277
3. NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS LEGALMENTE ATRIBUÍDA PELO ART. 85, §14, CPC	1278
3.1. CONCEITO E ESPÉCIES DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1278
3.2. O “RECONHECIMENTO LEGAL” DA NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1281
4. CONTRASTE ENTRE O NCPC E O ART. 25, DA L. 12.016/2009, À LUZ DO MODELO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO	1283
4.1. INCOMPATIBILIDADE ENTRE A CF E O ART. 25, LMS, ANTE A NATUREZA ALIMENTAR EXPRESSAMENTE DEFINIDA PELO NCPC	1284
4.2. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O ART. 85, §14, CPC E O ART. 25, LMS	1289
5. CONCLUSÃO	1290
6. BIBLIOGRAFIA.....	1291

CAPÍTULO 77 ► Honorários Advocatícios nos processos relativos ao direito de família..... 1293

Marcos Noboru Hashimoto

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1293
2. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	1294
2.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM SEDE DE TUTELA DE URGÊNCIA OU DE EVIDÊNCIA EM PROCESSOS RELATIVOS AO DIREITO DE FAMÍLIA.....	1295
2.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA.....	1300
2.2.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS CAUSAS MATRIMONIAIS: DIVÓRCIO, SEPARAÇÃO LITIGIOSA E ANULAÇÃO DE CASAMENTO.....	1301
2.2.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA AÇÃO DE ALIMENTOS.....	1307
2.2.3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA GUARDA, VISITAÇÃO E FILIAÇÃO.....	1310
2.2.4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E CONTESTAÇÃO DE PATERNIDADE.....	1311
3. CONCLUSÃO.....	1312
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1317

Capítulo 78 ► Os honorários advocatícios na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público e o Novo Código de Processo Civil 1319

Mirna Cianci

BIBLIOGRAFIA.....	1327
-------------------	------

Capítulo 79 ► Honorários advocatícios nas ações de despejo e os critérios para sua fixação no novo CPC 1329

Mônica Monteiro Porto

1. INTRODUÇÃO.....	1329
2. NATUREZA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PREVISTOS NO ART. 61 DA LEI 8.245/1991 E OS CRITÉRIOS PARA SUA FIXAÇÃO.....	1330
3. A NATUREZA DOS HONORÁRIOS PREVISTOS PARA EFEITOS DE PURGAÇÃO DA MORA NAS AÇÕES DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO (ART. 62,II, LEI 8.245/91).....	1331
4. HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DO CPC NAS AÇÕES DE DESPEJO PARA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS.....	1333
5. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS.....	1335
6. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1336
7. CONCLUSÕES.....	1337
8. BIBLIOGRAFIA.....	1337

CAPÍTULO 80 ► Honorários advocatícios nas ações de família 1339

Regina Beatriz Tavares da Silva

1. ORIGEM ETIMOLÓGICA DA PALAVRA HONORÁRIOS. NOTÍCIAS HISTÓRICAS SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DO ‘MUNUS’ PÚBLICO DA ADVOCACIA À NATUREZA ALIMENTAR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1339
2. CONCEITO DE SUCUMBÊNCIA E SUA DESTINAÇÃO.....	1341

3. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NAS AÇÕES DE FAMÍLIA.....	1344
3.1. MEDIAÇÃO E SOLUÇÃO CONSENSUAL	1344
3.2. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA E SUCUMBÊNCIA.....	1346
3.3. AÇÕES DE ESTADO DA PESSOA	1347
3.3.1. TEORIA DA CAUSALIDADE E PRINCÍPIO DO INTERESSE	1347
3.3.2. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DA PATERNIDADE, ANULAÇÃO DE REGISTRO E CONTESTAÇÃO DA PATERNIDADE.....	1347
3.3.3. AÇÕES DE DIVÓRCIO E DE SEPARAÇÃO JUDICIAL	1349
3.4. SEPARAÇÃO DE CORPOS, GUARDA DE FILHOS E ARROLAMENTO DE BENS	1351
3.5. AÇÕES DE ALIMENTOS E REVISIONAIS	1353
3.6. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	1354
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1357
BIBLIOGRAFIA.....	1357

Capítulo 81 ► Honorários Advocatícios e Juizados Especiais: Repercussões do CPC de 2015 1359

Welder Queiroz dos Santos

1. INTRODUÇÃO	1359
2. DAS ONDAS RENOVATÓRIAS DE ACESSO À JUSTIÇA AO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1360
3. DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1362
4. DAS CUSTAS JUDICIAIS NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	1363
5. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	1364
5.1. DA APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA DO CPC	1364
5.2. EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO E A BOA-FÉ	1365
5.3. EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	1367
5.4. A CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUANDO A FAZENDA PÚBLICA FOR PARTE	1372
6. PAGAMENTO EM FAVOR DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	1374
7. CONCLUSÃO	1375
8. BIBLIOGRAFIA.....	1376

PARTE XII

Honorários na execução e execução de honorários

CAPÍTULO 82 ► Aspectos tributários dos honorários advocatícios de sucumbência no novo Código de Processo Civil..... 1381

Ary Raghiant Neto

I. INTRODUÇÃO	1381
II. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E O ART. 43 DO CTN	1384
III. DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA.....	1386
IV. DA SOCIEDADE UNIPessoal.....	1388
V. DOS REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS.....	1389
VI. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO CPC DE 2015	1392

CAPÍTULO 83 ► Honorários arbitrados em embargos à execução e o respeito à vontade do credor quanto ao procedimento adotado para sua efetivação..... 1397

Carolina Uzeda

Capítulo 84 ► A fixação de honorários sucumbenciais no cumprimento de sentença no novo CPC..... 1403

Eduardo de Avelar Lamy

1. INTRODUÇÃO	1403
2. A FUNÇÃO EXECUTIVA NO PROCESSO E OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	1403
3. O CRITÉRIO DA SUCUMBÊNCIA E O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE	1405
4. A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	1407
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1409
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1410

Capítulo 85 ► Dos honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa..... 1413

Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr. e Renato José Ramalho Alves

1. INTRODUÇÃO	1413
2. DAS RELEVANTES INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELO NCPC.....	1414
3. DO PRINCÍPIO QUE ILUMINA O TEMA DOS HONORÁRIOS NO NCPC.....	1416
4. DAS POSSÍVEIS SITUAÇÕES RELATIVAS AOS HONORÁRIOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1418
5. DA ANÁLISE DAS DIVERSAS SITUAÇÕES NO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA.....	1419
6. DOS HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROVISÓRIO	1423
7. DOS HONORÁRIOS NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA	1424
8. DIREITO INTERTEMPORAL.....	1425
9. CONCLUSÕES	1426
10. BIBLIOGRAFIA.....	1427

Capítulo 86 ► Honorários no Processo de Execução 1429

Marcelo Abelha Rodrigues

1. OBJETO DO ENSAIO	1429
2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO	1429
3. A REGRA GERAL DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1430
4. AS REGRAS ESPECÍFICAS DOS HONORÁRIOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	1431
4.1. INTRÓITO	1431
4.2. DESISTÊNCIA DO PROCESSO DE EXECUÇÃO E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	1431
4.3. REMIÇÃO E HONORÁRIOS.....	1432
4.4. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO	1435
4.5. HONORÁRIOS E A PENHORA	1436
4.6. SATISFAÇÃO DOS HONORÁRIOS	1438

Capítulo 87 ► Legitimidade ativa para execução dos honorários de sucumbência na jurisprudência e o novo Código de Processo Civil..... 1441

Marcus Felipe Botelho Pereira

1. INTRODUÇÃO	1441
2. A TITULARIDADE DO HONORÁRIOS.....	1442
3. LEGITIMIDADE DA PARTE PARA EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	1443
4. LEGITIMIDADE DO ADVOGADO SUBSTABELENTE E SUBSTABELECIDO.	1444
5. LEGITIMIDADE DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	1447
6. A ADVOCACIA PÚBLICA.....	1449
7. CONCLUSÕES	1452
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1452

Capítulo 88 ► Honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença 1453

Stella Economides Maciel

1. INTRODUÇÃO	1453
2. NATUREZA JURÍDICA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1453
3. AS DIVERSAS REFORMAS EMPREENDIDAS NO CPC/73	1454
4. OS REFLEXOS DAS REFORMAS EMPREENDIDAS NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	1456
5. OS HONORÁRIOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1459
6. OS HONORÁRIOS E A IMPUGNAÇÃO DO DEVEDOR.....	1461
7. CONCLUSÃO	1463
8. BIBLIOGRAFIA.....	1463

Capítulo 89 ► Legitimidade ativa para executar honorários advocatícios 1465

Vladimir Rossi Lourenço

1. NOTAS INICIAIS.....	1465
2. LEGITIMIDADE, LEGITIMIDADE ORDINÁRIA E LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA PARA A EXECUÇÃO..	1466
3. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS AUTÔNOMOS. NÃO VIOLAÇÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL QUE IMPEDE O FRACIONAMENTO DOS PRECATÓRIOS.....	1471
4. A EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS CONTRATADOS.	1475